Austrália endurece política para redes sociais proibindo o acesso infantil, visando a proteção da saúde mental

Nos últimos meses, a Austrália tem atraído atenção internacional ao anunciar uma medida sem precedentes no campo da regulação de redes sociais: a proibição do acesso de crianças a essas plataformas digitais. Tal decisão, motivada por crescentes preocupações acerca da saúde mental e do bem-estar da juventude, tem sido respaldada por uma série de estudos científicos que sugerem o impacto potencialmente devastador do uso excessivo de redes sociais no desenvolvimento infantil. A nação australiana, conhecida por seu comprometimento com o bem-estar da população, tem tomado medidas enérgicas para combater essa emergente ameaça à saúde pública.

Estudos realizados pela *Universidade de Sydney* e pela *Universidade Nacional Australiana* (ANU) demonstram que o uso de redes sociais, especialmente entre crianças de 8 a 13 anos, está associado a altos níveis de ansiedade, depressão e problemas comportamentais. A pesquisa coordenada pela Dra. Helen Milner, da ANU, revelou que aproximadamente 45% das crianças australianas dessa faixa etária apresentam sinais de algum tipo de sofrimento emocional, devido, em grande parte, à exposição contínua a conteúdos inadequados, à pressão por validação social e ao cyberbullying.

Outra pesquisa significativa foi publicada no *Australian Journal of Psychology*, enfatizando os efeitos negativos do uso precoce e frequente das redes sociais no desenvolvimento cognitivo e psicossocial infantil. Esses efeitos incluem um aumento significativo na dificuldade de concentração e na incapacidade de desenvolver habilidades sociais face a face. As crianças, segundo o estudo, têm sofrido uma drástica redução do tempo destinado a atividades que promovem habilidades motoras, interação social genuína e conexão familiar, fundamentais para um crescimento saudável.

A decisão do governo australiano foi também impulsionada pelos resultados de uma investigação liderada pelo Comitê de Assuntos Digitais do Parlamento, que apontou a falha sistemática das plataformas em assegurar um ambiente seguro para os menores de idade. A partir do relatório apresentado, evidenciou-se que as principais empresas de tecnologia têm negligenciado suas obrigações em limitar o acesso e proteger as crianças de conteúdos nocivos. O ministro da Segurança Digital, Clare O’Neil, enfatizou que os interesses comerciais

não podem sobrepujar a segurança e o bem-estar das futuras gerações.

Além disso, um fator fundamental que culminou na proibição foi o resultado de uma pesquisa longitudinal desenvolvida pela Universidade de Melbourne, em parceria com o Instituto Black Dog, que acompanha há mais de cinco anos os efeitos das redes sociais na população jovem australiana. Os resultados indicaram que o uso constante de plataformas como Instagram e TikTok contribuiu significativamente para a baixa autoestima e para a comparação social negativa, especialmente entre meninas. Cerca de 37% das participantes relataram sentir insatisfação com a própria imagem corporal devido à influência de conteúdos relacionados a padrões irreais de beleza, perpetuados por influenciadores digitais.

A nova legislação prevê a proibição de criação de perfis em redes sociais por indivíduos com menos de 13 anos, sendo que, para jovens entre 13 e 16 anos, será necessária uma autorização dos pais e uma verificação de identidade mais rigorosa. O objetivo é garantir que o acesso seja mediado e monitorado, evitando assim a exposição desenfreada e a vulnerabilidade a situações de risco.

Cabe mencionar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) também manifestou preocupação em relação ao tempo de tela das crianças, especialmente durante a pandemia da COVID-19, quando o uso de dispositivos eletrônicos aumentou consideravelmente em todo o mundo. A OMS recomenda que crianças menores de 12 anos não excedam uma hora por dia de atividades recreativas em telas, uma diretriz muitas vezes desconsiderada na prática devido à facilidade de acesso à internet e à ausência de regulações mais firmes.

Assim, a proibição da Austrália é vista como uma tentativa de resgatar a infância e promover um ambiente mais saudável para o desenvolvimento das crianças. A medida é amplamente apoiada por associações de pais e especialistas em saúde mental infantil, que veem o ato como um passo necessário para minimizar os impactos de um mundo digital que, muitas vezes, não respeita os limites e as necessidades dos mais jovens. Dr. Richard Taylor, psicólogo infantil, argumenta que ***crianças necessitam de experiências táteis, de interações reais e de um ambiente no qual possam cometer erros sem serem julgadas perante um público global.***

Entretanto, a medida também atrai críticas de setores da sociedade que a consideram uma interferência excessiva do governo nas famílias e um atentado à liberdade individual. Alguns especialistas argumentam que educar para o uso consciente seria mais eficiente do que proibir, visto que o mundo digital é parte integrante da vida moderna e é importante preparar os jovens para lidar com ele de forma segura. Esses críticos apontam para a necessidade de educação digital mais estruturada nas escolas, que promova a literacia midiática desde cedo.

De qualquer forma, a Austrália demonstra sua intenção de liderar o caminho para o que acredita ser uma abordagem mais segura e consciente em relação ao uso da tecnologia por menores. As próximas semanas serão decisivas, tanto na implementação da política quanto na avaliação dos seus efeitos práticos na vida das crianças e de suas famílias, o que poderá, eventualmente, servir de modelo para outras nações que enfrentam desafios semelhantes.